



# CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga  
Presidente do ISB

Artigo nº 65/2009  
Contatos: secretaria@isb.org.br

## CRISE ÉTICA

Não quero aqui discorrer sobre as relações da política com a ética, tema sobre o qual tenho escrito e falado com frequência. Quero abordar apenas a crise ética que vive hoje a nossa política, não somente a nossa, é verdade, mas a política no mundo todo, isto é, no mundo democrático, já que em regimes fechados, sem transparência nenhuma, não faz sentido, para nós, falar em ética.

Tenho para mim que esta crise presente tem fundas raízes históricas, mergulhadas no período colonial, que se foram robustecendo e cristalizando em máquinas de corrupção espalhadas por toda a vida pública, por falta de uma efetiva prática democrática capaz de exigir transparência nas ações dos vários setores do Estado. Mas acredito também que ela tem fatores de agravamento mais recentes agrupados principalmente em três categorias:

O primeiro é a exigência cada vez maior de resultados, de eficácia dos governos e políticos. Se a ética não se importa com resultados mas afirma só deveres, a política está intrinsecamente ligada aos efeitos ou conseqüências que produz a sua ação. Na medida em que a produtividade econômica cresceu enormemente com a revolução industrial e, mais recentemente, com a revolução informática, uma espécie de produtividade política passou a ser exigida pelas sociedades, em termos de realizações dos governos. E não é difícil perceber que as demandas da ética em nada ajudam a obtenção desta produtividade mas, ao contrário, muitas vezes atrapalham, e levam os executivos “pragmáticos” a trilharem “atalhos” que encurtam os caminhos da realização submetida à ética. As sociedades, mergulhadas e fatigadas pela competitividade, acicatadas pela produtividade e pelo dinamismo cotidiano, sentem-se inclinadas, em boa parte, a aceitar esses caminhos mais curtos e a tolerar o político que troca a ética pela eficácia, que “rouba mas faz”, assim como o que compra votos com dinheiro ou com assistência social, médica, odontológica, funerária etc...

O segundo fator, a meu juízo, está na exacerbação do individualismo e do consumismo, na supervalorização da riqueza, que leva as pessoas a procurarem a política como meio de realização pessoal, meio de subir na escala social e de consumo, meio de enriquecer, ou “vencer na vida”, com rapidez e sem grande esforço de preparação ou de estudo, embora com esforço físico, sim, e muito grande, de relacionamento nas 24 horas do dia, e de prestação de favores pessoais de toda sorte, do emprego à verba para o calçamento da rua, da cesta básica ao centro social de atendimento. É o político que não pensa tanto no bem público porque tem a política como fim pessoal, individual, para a sua própria realização, e precisa cada vez mais de dinheiro para “comprar” sua reeleição através desses favores, num meio onde os candidatos se esmeram, se esforçam a qualquer preço nessa competição pelo voto e, por conseguinte, onde a eleição fica cada vez mais (e incrivelmente) dispendiosa.

São fatores, estes dois primeiros, tipicamente pertencentes ao meio capitalista e reforçados ao extremo no período neoliberal, quando a exacerbação do individualismo e da competitividade atingiu um auge nunca visto. Na medida em que este período foi historicamente superado e o mundo, exausto pela competição e pela crise econômica, volta a procurar o outro paradigma, que é o da cooperação coordenada pelo Estado e não o da competição selvagem do Mercado, eu acredito que a influência desses dois fatores será notavelmente reduzida nas próximas décadas.

---

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo  
Rio de Janeiro - RJ

www.isb.org.br

Tel: (21) 2285-3702  
e-mail: secretaria@isb.org.br



# CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga  
Presidente do ISB

Artigo nº 65/2009  
Contatos: secretaria@isb.org.br

Mas há, para mim, sem dúvida, um terceiro fator que colabora muito na formação deste sentimento generalizado de grande e crescente esvaziamento ético da política de hoje. E paradoxalmente ele decorre de um avanço histórico, do aperfeiçoamento da própria democracia relativamente recente entre nós, que exige mais e mais transparência nas ações dos poderes públicos. Trata-se da eficácia maior da fiscalização, por parte da mídia e da Lei. Só para citar um exemplo significativo, cito a ação do Ministério Público que só adquiriu autonomia a partir da Constituição de 88.

A maioria esmagadora dos desvios éticos do passado (não muito remoto) simplesmente ocorria (embora em escala menor e com menos sem-vergonhice) e não era obstada por exigências legais de transparência, nem vinha a público sob a forma de notícia escandalosa na imprensa. Com mais de quarenta anos de política, tenho certeza do que digo. E este é um avanço que se tem de comemorar, apesar do desconforto e do desânimo que tantas vezes nos causa. E apesar, também, dos óbices que levanta para a consecução de realizações no setor público. Ser executivo governamental hoje é uma missão que envolve riscos que podem ser graves em casos de descuidos em relação ao rigor da Lei que, no passado, eram irrelevantes. Penso, por exemplo, na construção de Brasília, que foi um brilhante acontecimento do meu tempo, que abriu para a Nação Brasileira a conquista efetiva do seu território, que antes estava só no mapa, e que, submetida às exigências legais de hoje, ou alvo de uma CPI motivada pela imprensa, creio sinceramente que não teria sido executada.

Este terceiro fator, entretanto, tem duplo efeito: causa o aumento de escândalos nas manchetes mas resulta, paralelamente, numa diminuição a médio prazo desses desvios da ética por parte da política, e numa correção de determinados procedimentos condenáveis que, antes da focalização, nem eram vistos como desvios importantes. Eu acredito firmemente neste efeito positivo, apesar de ler e ouvir com frequência que não adianta nada, que a bandidagem está cada vez maior e os corruptos voltam a se eleger. Isso se dá, sim, em parte, em razão daquela supervalorização da eficácia (primeiro fator), que leva eleitores a pensar que é melhor votar em quem faz alguma coisa por eles, mesmo que desvie um pouco. No cômputo geral, entretanto, acho que a bandidagem não está tão maior porém muito mais revelada, e não tenho nenhuma dúvida sobre a validade do efeito corretor da mídia e da Lei sobre a atividade pública, forçando a transparência onde ela é obscura, e rejeitando os prevaricadores. Tenho conhecido pesquisas que confirmam plenamente este resultado na média, ainda que casos individuais de vitória de corruptos conhecidos choquem e desalentem.

Vale ressaltar, por fim, em atenuante sobre senadores, deputados e vereadores, que o Legislativo é, de longe, o Poder mais transparente e investigado; e que o Judiciário é, de longe, o menos focalizado e o mais autoprotégido. E que a mídia, no final das contas, o quarto poder público, com a missão superior de informar e formar a opinião pública, é o único sobre o qual nenhuma fiscalização é exercida. A Internet pode vir a ser um novo poder a se sobrepor à mídia, talvez o mais transparente e democrático, embora também o mais irresponsável. Esta pode ser também uma visão auspiciosa do futuro.

---

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo  
Rio de Janeiro - RJ

[www.isb.org.br](http://www.isb.org.br)

Tel: (21) 2285-3702  
e-mail: [secretaria@isb.org.br](mailto:secretaria@isb.org.br)